

ACTA Nº01/2008

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO. -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e oito, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no cine-teatro municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 19 de Fevereiro do ano de dois mil e oito**, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº07/2007, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2007.12.18; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----01.03 – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº07/2007, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2007.12.18; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----**02- ORDEM DO DIA**-----

-----**02.01** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativo à *delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia – 2008*, nos termos da alínea c), do n.º6, do art.º64º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.02** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à *alteração dos Estatutos da AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M.*, nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à *alteração dos Estatutos da VEROURÉM – Gestão de Equipamentos Sociais e Desportivos, E.E.M.*, nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -

-----**02.04** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à *alteração dos Estatutos da SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.*, nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -

-----**02.05** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à *reestruturação do Quadro de Pessoal em Regime da Função Pública*, nos termos da alínea o), do n.º2, do art.º 53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.06** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal,
senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Carina João Reis Oliveira; -----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Francisco Caetano;-----

-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo; -----

-----João Pereira Trezentos; -----

-----Joaquim dos Reis Gonçalves; -----

-----José Augusto Dias dos Reis; -----

-----José Custódio Ribeiro Faria;-----

-----José da Silva Pereira; -----

-----José Ferreira Vieira; -----

-----José Maria do Vadre Castelino e Alvim. -----

-----José Maria Henriques de Sousa; -----

-----Manuel Lourenço Dias;-----

-----Manuel Rodrigues Antunes;-----

-----Manuel Tavares Lopes; -----

-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----

-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----

-----Mário João de Oliveira Santos; -----
-----Natálio de Oliveira Reis; -----
----- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
-----Rui Pedro Marto Pereira; -----
-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----
-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
-----Não compareceu, tendo justificado a respectiva falta, o membro da Assembleia
Municipal, senhor: -----
-----Luís de Sousa e Silva. -----
----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia
Municipal, senhores: -----
-----João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
-----Jorge Manuel Reis Heleno. -----
-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora
Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou
aberta a sessão, pelas quinze horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as
boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo
oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações
introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez
representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----
----- Senhor Presidente da Câmara: -----
-----David Pereira Catarino. -----
-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----
-----Humberto Lopes da Piedade; -----
-----João Manuel Moura Rodrigues; -----
-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----
-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----
-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

-----Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se representar os seguintes presidentes de junta de freguesia: -----

-----A Presidente de Junta de Freguesia de Gondemaria, senhora **Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhor **Acácio Manuel Oliveira Marques**; -----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor **Pedro Miguel Fonseca Janeiro**, fez-se representar pelo respectivo Secretário, senhora **Emília da Silva Simões**. -----

-----Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----**Francisco Gonçalo Nunes André**, eleito na lista do Partido Socialista – PS, fez-se substituir pela senhora **Maria Teresa França de Oliveira**; -----

-----**Sérgio José Ferreira Ribeiro**, eleito na lista do Partido Comunista Português – CDU, foi substituído pela senhora **Margarida Gomes Poeta**. -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SETE BARRA DOIS MIL E SETE, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A DEZOITO DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Aberto o período de intervenções e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro abstenções, dada a ausência na sessão. -----**

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Ofício da Câmara Municipal do Seixal, datado de catorze do transacto mês de Janeiro, remetendo cópia da moção «Projecto de Lei – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais»; -----

-----Ofício da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, datado de oito de Janeiro, do ano em curso, dando conhecimento da cessação de funções do respectivo Director e bem assim agradecendo toda a colaboração prestada pela Assembleia Municipal; -----

-----Ofício da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, datado do dia um do presente mês de Fevereiro, dando a conhecer a respectiva nova Direcção para o triénio 2008-2010; -----

-----Ofício dos Deputados Não Inscritos da Assembleia da República, datado do pretérito dia catorze, remetendo cópia da pergunta colocada ao Governo relativamente à «recuperação do património. Derrapagens e verbas que podem ser perdidas; -----

-----Comunicação do Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, senhor Rui Pedro Marto Pereira, datada do dia vinte do corrente mês de Fevereiro, informando de que a partir da citada data o Representante do referido Grupo Municipal passa a ser o membro deste órgão deliberativo, senhor António Miguel Lopes Mangas Reis; -----

----- Ofício do Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional de Lisboa e vale do Tejo, datado do dia dezoito do presente mês de Fevereiro, remetendo cópia da acta relativa à sétima reunião da Comissão Municipal de Ourém, onde é autorizada a instalação com a referência RE/3/289/2007 – Aldi, Nossa Senhora da Piedade; -----

-----Ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém, datado do pretérito dia onze, remetendo o respectivo relatório de actividade, referente a 2007; -----

-----Ofício da Câmara Municipal, datado do pretérito dia vinte e sete, dando conhecimento da sessão de esclarecimentos «segurança alimentar». -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

No início de mais uma sessão deste magno órgão municipal, cumprimentamos V. Exas. com votos de que este ano nos traga os melhores sucessos, sobretudo na evolução da vida municipal que é a razão maior que aqui nos congrega. -----

Nos termos da lei e com a metodologia habitual, passamos a informar V. Exas. sobre a vida municipal, naquilo que nos parece mais relevante assinalar desde a última sessão deste órgão ocorrida em 18 de Dezembro de 2007. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Estão em fase de conclusão duas obras que vão introduzir uma melhoria significativa ao nível da educação pré-escolar: o Jardim-de-infância de Atougua e o edifício multi-usos de Cercal que inclui também a sede da Junta de Freguesia. Estão já concluídas as obras de ampliação dos edifícios escolares de Urqueira e Mata, da mesma freguesia. -----

As obras de adaptação de instalações para o fornecimento de refeições em Seiça estão também já concluídas. -----

Ao mesmo tempo, estamos a preparar as candidaturas ao QREN para os edifícios escolares de Fátima e Ourém. -----

O projecto de reabilitação do Jardim-de-infância de Sandoeira está também em fase final de aprovação para lançamento do concurso. -----

Podemos informar que começaram já a ser entregues os autocarros destinados ao novo sistema de transportes escolares. -----

É relevante informar V. Exas. de que se perspectiva que, já a partir do próximo ano lectivo, sejam delegadas nas Câmaras Municipais as competências respeitantes a instalações, acção social escolar e pessoal auxiliar de todo o ensino básico, isto é, até ao nono ano. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Neste objectivo do planeamento municipal, nada de relevante temos a assinalar. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

No passado dia 19 de Fevereiro, reunimos em Lisboa com o Sr. Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e com a direcção da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, com o

objectivo de, mais uma vez, tentarmos lançar o projecto da Unidade de Cuidados Continuados de Saúde para o concelho de Ourém. -----

Lamentando que não se tenha aproveitado o programa Saúde XXI para o financiamento das obras, parece-nos que as coisas se poderão agora encaminhar no sentido positivo pois a IPSS referida está já a elaborar o projecto. -----

Continuamos a apoiar as associações candidatas ao programa PARES que, ao que parece, vão finalmente poder iniciar os concursos. -----

4. SAÚDE -----

Na já referida reunião com o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, abordámos também a problemática dos agrupamentos de Centros de Saúde. -----

Foi-nos dito que a nova legislação estava para promulgação, mas, três dias depois, a mesma foi publicada. -----

No dossier entregue aos senhores líderes de bancada, consta cópia do diploma referido. -----

Abordámos ainda o problema do edifício multi-usos de Caxarias pois o mesmo deverá ser construído no terreno onde existe um edifício que é propriedade dos ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social que, sem grandes condições, acolhe os respectivos serviços. -----

Já no passado falámos com diversos governantes, até com ministros, propondo o seguinte: a Câmara Municipal constrói o edifício multi-usos, constitui o mesmo em propriedade horizontal e permuta o actual direito de propriedade daqueles ministérios por fracções novas, com as devidas condições para os respectivos serviços. -----

O benefício para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia é que não teremos que comprar outro terreno. -----

Passados cerca de dois a três anos, tudo está igual. -----

É por estas e por outras que publicamente afirmamos que o Estado, em lugar de nos ajudar a resolver problemas, é um obstáculo e mais um problema que nos atormenta. -----

Entretanto, o projecto está quase pronto e quase em condições de lançar o concurso para a obra. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Em resultado das recentes alterações legislativas e considerando o grande número de instrumentos de gestão territorial que temos em elaboração, criámos recentemente o Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém. -----

Pretendemos, no novo quadro legal, corresponder aos seus objectivos que são para nós necessidades prementes – reduzir os tempos de elaboração/alteração dos instrumentos de gestão territorial. -----

Fizemos já a alteração da iluminação pública da Zona Histórica, retirando os postes e cabos aéreos. -----

No passado dia 10 de Janeiro, reunimos os diversos intervenientes do sector do abastecimento de electricidade ao município. -----

Naturalmente que um dos grandes objectivos é pugnar por um abastecimento de qualidade aos particulares, mas esta reunião teve como grande objectivo a racionalização dos consumos de energia nos edifícios municipais e a adopção de medidas para melhoria da qualidade e racionalização dos consumos em iluminação pública. -----

O valor que se paga de consumos em iluminação pública é incomportável. Por isso, o nosso objectivo é eliminar os muitos desperdícios que existem. -----

No passado dia 11 de Janeiro fomos recebidos pelo Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, com o objectivo de, mais uma vez, abordarmos a problemática da requalificação urbana de Fátima. -----

Vimos um pouco desiludidos da reunião, mas, posteriormente, em contacto com a CCDR Centro, o assunto foi clarificado e, neste momento, estão a ser preparadas as candidaturas ao programa Parcerias para a Regeneração Urbana das cidades de Ourém e Fátima. -----

No dia 19 de Fevereiro, foi assinado Contrato-Programa com a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, EM para os projectos de intervenção/qualificação das vias de entrada em Fátima que deverão ter financiamento através das candidaturas acima referidas.

Parece-nos relevante informar V. Exas. de que, no âmbito da instalação em Ourém da superfície comercial Modelo e de acordo com as condições de licenciamento, foi requalificada aquela zona da cidade, sem custos para o município. -----

Logo que possível, faremos a beneficiação do arruamento que serve o Vale da Avela. -----

Os semáforos inicialmente instalados correspondiam ao sistema de trânsito anteriormente definido. -----

Em visita que efectuámos ao local, entendeu-se que deveria ser alterado. -----

Esta decisão e a demora da Certiel na certificação das instalações motivam que os semáforos não estejam ainda ligados. -----

De toda a maneira, para algumas “cabeças pensantes” da nossa praça, sempre convém esclarecer que um semáforo, enquanto não está iluminado, não é semáforo porque não condiciona o trânsito. -----

Ainda sobre intervenções urbanas, informamos que a Câmara deliberou adquirir as construções degradadas junto ao LIDL, com o objectivo de as demolir e poder fazer a ligação do passeio à Rua 5 de Outubro. -----

Também na Rua de Castela se chegou a acordo com mais um dos proprietários, persistindo, neste momento só a falta de acordo com a família Marto. -----

Com estreita colaboração do Sr. Deputado António Gameiro, reunimos recentemente com responsáveis da Agência para a Modernização Administrativa. -----

Propusemos a instalação da Loja do Cidadão de Ourém no edifício que pretendemos construir no local do antigo mercado onde hoje se situa o terminal rodoviário. -----

Parece-nos que é um projecto extremamente importante para a revitalização daquela zona da cidade. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

No âmbito de protocolo celebrado com a empresa multi-municipal SIMLIS, foram já abertas as propostas para elaboração de todos os projectos de redes de saneamento para o concelho. ----

Apesar de se prever a integração dos sistemas de Ourém na nova empresa a criar, no prazo de dois meses contamos lançar o concurso público para as redes de saneamento que faltam na freguesia de Fátima. -----

Damos conta a V. Exas. de que está em preparação nova legislação sobre os sistemas de abastecimento de água, recolha e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos. -----

Além de referirmos que se trata de legislação que altera profundamente as coisas e que, muitas vezes, é elaborada por pessoas que nunca geriram nada e portanto desconhecem a realidade do terreno, vem a propósito dizer que assistimos à elaboração de nova legislação em catadupa. -----

O governo quer mexer em tudo ao mesmo tempo. -----

Toda esta legislação, elaborada por diferentes ministérios, tem reflexos na vida municipal e os recursos que temos não estão dimensionados para assimilar, nas devidas condições, tantas mudanças ao mesmo tempo. -----

Havia uma doença que era necessário curar. Não morremos dessa doença. Será que morremos da cura? -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Em audiência com o Sr. Ministro da Administração Interna ocorrida no passado dia 23 de Janeiro, abordámos o problema que persiste com as forças de segurança do concelho (com excepção de Fátima). -----

Temos em Ourém um problema de meios que condiciona a eficácia, de forma diferente na cidade e no resto do concelho. -----

Abordámos também aquilo que nos parece poderia ser vantajoso em termos de economia de meios: a instalação na Giesteira-Fátima de toda a estrutura de apoio, em termos nacionais, aos meios aéreos de combate a incêndios. -----

Logo que tenhamos concluído o estudo de viabilidade da pista vamos enviar o dossier para apreciação. -----

Depois de um problema de assistência no âmbito da emergência médica que correu os espaços dos telejornais, reunimos com as corporações de bombeiros do concelho e forças de segurança no passado dia 6 de Fevereiro. -----

Era nosso objectivo verificar se, no concelho de Ourém, tudo está em condições de poder haver socorro nas devidas condições. -----

Foi-nos confirmado que sim. -----

Procurando optimizar recursos e ter um melhor nível de atendimento, estamos a trabalhar num projecto de instalação de uma central única de atendimento do Serviço Municipal de Protecção Civil. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

Damos conta a V. Exas. de que temos procurado contrariar a intenção do governo de alterar o quadro legal das regiões de turismo. -----

Remetemos missiva ao Sr. Presidente da República sobre esta matéria. -----

Parece-nos francamente que o governo está, de forma encapotada, a fazer a regionalização. ---

O município de Ourém deverá reflectir sobre esta matéria. -----

O território com o qual nos identificamos está separado de nós por barreiras unicamente administrativas. -----

Na circunscrição administrativa de que fazemos parte, com a serra no meio a separar-nos, todas as decisões sobre economia, turismo, saúde, infra-estruturas de diversa natureza, etc., nos são desfavoráveis. -----

Com a dimensão que temos no distrito, só os nossos votos são apetecíveis. -----

No dia 17 de Janeiro, foi celebrado com a AIP - Associação Industrial Portuguesa o protocolo de colaboração para a construção e gestão do Centro de Congressos de Fátima. -----

Estão já em curso as obras de requalificação do Agroal, da Casa do Administrador e da Ucharia do Conde, esta na Zona Histórica. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Prosseguimos os trabalhos de beneficiação da rede viária, por administração directa. -----

As intervenções nas freguesias deverão avançar a curto prazo, somente após algumas decisões de carácter financeiro que deverão ocorrer dentro de dois meses. -----

Os asfaltamentos têm um grande custo incorporado de materiais que, com os aumentos do preço do petróleo, se têm tornado quase incontroláveis. Por isso, não podemos avançar sem termos certezas absolutas no que diz respeito ao financiamento. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Nada de relevante temos a assinalar, a não ser que se iniciaram já as obras de beneficiação do Agroal e que vamos mandar elaborar um projecto para instalação de um albergue de juventude na escola devoluta de Ramalheira. -----

Situando-se nas proximidades do Agroal, parece-nos que há condições para ali termos uma instalação de acolhimento à juventude, complementando todo o conjunto constituído pela zona da nascente e pelo Parque Aventura. -----

11. FREGUESIAS -----

Estamos a iniciar um programa de visitas às freguesias para, com cada uma das Juntas de Freguesia, estabelecermos o programa de trabalhos a efectuar directamente pela Câmara Municipal ou a delegar na Junta de Freguesia. -----

A isto se associa a reorganização de serviços de obras por administração directa que temos em elaboração. -----

12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Como é do conhecimento de V. Exas. prossegue a construção do novo edifício dos Paços do Concelho. -----

Na fase em que está, parece-nos justificar-se uma visita por parte da Assembleia Municipal. ----

Aqui deixamos o convite, para data a estabelecer com a Sra. Presidente deste Órgão. -----

Como já referimos, está em fase de conclusão o edifício multi-usos de Cercal e está praticamente concluído o projecto para o edifício multi-usos de Caxarias. -----

Está também em fase final o projecto Leiria Digital. Aguarda-se a resolução de alguns problemas relacionados com os sistemas informáticos, particularmente no que diz respeito aos processos de licenciamento de obras. -----

Sra. Presidente, -----
 Senhores Deputados Municipais, -----
 É esta a informação que julgamos mais relevante. -----
 Ficamos à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----
 ----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos – (vide processo devidamente arquivado): -----
 ----- Situação económica e financeira da autarquia em 31 de Janeiro de 2008; -----
 ----- Relação de processos judiciais. -----
 ----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
 = **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
 Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----
 Quando um pilar da ponte da Figueira da Foz, há largos anos ruiu, o Secretário de Estado das Obras Públicas da época, penso que Engenheiro Nobre, também do Partido do Senhor Presidente da Câmara, fez uma intervenção pública dizendo que tal facto até era positivo pois a reparação implicava realizar obra e isso cria riqueza. -----
 Como «cabeça não pensante» digo que a situação descrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os semáforos é parecida, com as devidas proporções. -----
 «Fazer e desfazer» dá que fazer a alguém que deste modo tem trabalho, logo recebe salário, logo fica com meios económicos que lhe permitem consumir, logo permite que outros produzam, etc.. -----
 = **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, no seguimento da sua questão acerca do novo edifício dos Paços do Concelho, pretendeu saber em que fase se encontra o apuramento de responsabilidades por erros de omissão de projecto e se a Câmara Municipal já tem alguma solução para o assunto. -----
 = **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS** salientou a sua pretensão no sentido de obter mais informação relativamente ao financiamento do novo edifício dos Paços do Concelho. -----
 = **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** pretendeu os seguintes esclarecimentos: -----

- Questionou acerca da burocracia exigida às instituições que se candidatam ao programa PARES, já que no concelho se registaram quatro candidaturas; -----
 - Relativamente às antigas instalações da Casa do Povo de Caxarias, manifestou-se colaborante porque, conforme afirmou, é uma obra a edificar o quanto antes; -----
 - No que respeita à iniciativa tomada no âmbito da poupança de energia, salientou o apoio da bancada que lidera; -----
 - Quanto ao novo edifício do LIDL, foi da opinião de que a Câmara Municipal aquando da aprovação do projecto deveria ter exigido ao investidor que pugnassem pelo embelezamento e visibilidade da parede virada para a via de entrada na cidade; -----
 - No âmbito da atribuição dos subsídios às colectividades, questionou acerca da data para os respectivos pagamentos; -----
 - Pretendeu ainda saber para quando estava previsto proceder à requalificação das ruas da cidade; -----
 - No âmbito das visitas prevista às freguesias, pretendeu saber para quando é que se prevê um plano para estas autarquias, devidamente detalhado e orçamentado; -----
 - Por fim, questionou acerca da data prevista para o arranque das obras de requalificação da envolvente à Igreja da Santíssima Trindade. -----
- = **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: -----
- Saudou a iniciativa no âmbito da racionalização de energia; -----
 - Manifestou o seu acordo relativamente à aquisição das habitações degradadas junto ao LIDL, dado tratar-se da entrada na cidade e, desse forma, deve estar embelezada; -----
 - Felicitou o intuito em dinamizar a zona histórica da cidade, lamentando contudo tratar-se de uma iniciativa prevista apenas para dois mil e dez; -----
 - Foi da opinião de que a Casa do Administrador poderá servir de âncora a nível turístico, motivando a visita de mais pessoas; -----
 - Solicitou esclarecimentos relativamente ao Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e as Finanças de Santarém. -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, atendendo há especificidade do concelho na área do turismo e bem assim as dificuldades na questão de ordenamento em termos de promoção turística, foi da opinião de que seria positivo começar a pensar na criação de uma comissão a fim de virmos a ter uma empresa municipal de turismo. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Câmara, tomando a palavra, prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- Face aos esclarecimentos prestados, o membro da Assembleia Municipal, senhor **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, solicitando a palavra, expôs o seguinte: “O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que me falta coragem para dizer o que me vai na alma. Senhor Presidente da Câmara, se há coisa de que me orgulho na minha actividade pública de cerca de 35 anos, começada ainda no tempo em que isso implicava um risco de vida, é de ser sempre assumido, sem constrangimentos nas minhas opiniões. -----

Não é neste lugar por excelência de democracia que haverá impedimentos que me coíbam de dizer o que penso. -----

Direi sempre aquilo que entendo, quando entender.” -----

----- De seguida, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Rui Pedro Marto Pereira. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS**, na qualidade de representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, apresentou o seguinte documento: “Orçamento Municipal para 2008 -----

Não tendo sido possível, na última Assembleia Municipal apresentar o seguinte documento, vimos hoje apresentá-lo para que conste em Acta: -----

1. No passado dia 28 de Setembro, **o CDS-PP/Ourém, já depois de o ter feito junto da Câmara Municipal, apresentou à Assembleia Municipal um conjunto de propostas genéricas para o Concelho de Ourém, reunidas num documento intitulado “Um Concelho Amigo”**. Preferimos o caminho mais difícil. E o mais trabalhoso. Mas, é o caminho que continuamos a prosseguir. Porque o tempo das escolhas chegará e o que pretendemos é que os eleitores as façam em favor de quem merece ser escolhido. -----

2. Naquele dia, disse o CDS-PP que o documento apresentado deveria ser entendido como um **contributo dado pelo CDS-PP/Ourém aos órgãos autárquicos do concelho**, tendo efectuado contudo dois pedidos: -----

- O primeiro, para que fosse dada resposta pela Câmara Municipal às propostas que fizemos e apresentámos; -----

- O segundo, o de que, uma vez provada a sustentabilidade financeira das propostas do CDS-PP/Ourém, a Câmara as assumisse como suas e em próxima ou próximas reuniões da Assembleia Municipal as apresentasse para que esta as adoptasse. -----

3. Conhecida a proposta de Orçamento Municipal, o CDS-PP/Ourém lamenta que as suas propostas não tenham sido levadas em linha de conta. É certo que a última reunião da Assembleia Municipal já o indiciava quando, **em matéria de impostos e de taxas, a Câmara preferiu voltar a carregar sobre os contribuintes, cidadãos, famílias e empresas**. Mas, fez mal e faz mal a Câmara em não atender às propostas dos partidos da oposição. Se o tivesse feito, **talvez as opções estratégicas do Concelho já não passassem, em pleno século XXI, pelo Saneamento Básico de certas zonas ou, pasme-se, pelo Edifício Sede do Município. Se a Câmara tivesse agido como devia, o Saneamento Básico pertenceria hoje, não às futuras grandes opções do plano, mas às passadas grandes realizações do concelho**. ----

4. Acresce que fica sempre mal responsabilizar os outros pelos erros que nós próprios cometemos. Quem tenha lido a proposta de orçamento apresentada pela Câmara, não vê senão justificações sobre o estado actual do orçamento municipal, numa **tentativa**

permanente de sacudir a água do capote. Sobre a proposta de orçamento não restou, pois outra alternativa ao CDS-PP/Ourém que não a de votar contra a proposta apresentada.” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES** apresentou a seguinte declaração: “Muito boa tarde a todos os presentes. -----

Há longo tempo que andamos a ouvir falar em QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional – ou seja, dos novos financiamentos comunitários, mas o facto é que ainda não passou disso mesmo - só conversa. Estamos a um ano e dois meses desde a hipotética entrada em vigor deste novo quadro comunitário, última grande oportunidade de aproveitamento de financiamentos comunitários, e não se encontram publicados grande parte dos regulamentos. -----

Tem sido sem dúvida um atraso negligente por parte deste Governo. -----

As candidaturas, cujos regulamentos já são conhecidos, estão dotadas de verbas irrisórias não consentâneas com os valores globais de cada eixo e medida. Por outro lado, não se reconhece qualquer agilizar de procedimentos para o seu normal andamento. (Sem dúvida que o Governo se esqueceu de aplicar o Simplex ao QREN!). -----

Para além disso, os municípios só se podem candidatar mediante a intenção de adjudicação da obra, o que leva a um risco muito elevado pois não têm conhecimento prévio da percentagem de comparticipação da sua candidatura, ou pior ainda, se a mesma será ou não aprovada. -----

Conhecemos o estado da economia portuguesa, e nem aquilo que poderia ser um claro incentivo ao seu crescimento tem feito com que o Governo acelere o passo. Será que a intenção é outra? Será que, contrariamente ao que apregoam, primeiro continua a estar o malfadado Défice? Percebemos claramente que o não se avançar com o QREN implica menor investimento por parte da componente nacional, ou seja, o endividamento, por esse lado, não aumenta. Ou será que a grande fatia do bolo está reservada para o próprio Governo? -----

Por quanto mais tempo se vai protelar esta situação, impedindo as autarquias de efectuar investimentos que sabemos serem essenciais à qualidade de vida dos seus munícipes, e última oportunidade de convergência europeia? -----

Fica a pergunta. -----

LOJA PONTO JÁ -----

Já nos habituámos a ver a publicidade à LOJA PONTO JÁ, no edifício de apoio ao parque linear, mas até agora não passou disso mesmo. -----

Parece que está tudo pronto. -----

Até o pessoal da Câmara que a vai assegurar já teve formação. -----

O que não se compreende é o protelar do Instituto Português da Juventude em abrir de vez a referida Loja. -----

Será que por o Senhor Secretário de Estado não ter agenda, para se dignar deslocar a Ourém, vão ficar os ourenses privados por mais tempo desse serviço? Estaremos dependentes da simultânea abertura da Loja de Tomar? -----

Em risco de plagiar um Ministro do actual Governo, arrisco: -----

Será que é caso para dizer: LOJA PONTO JÁ - “JAMÉ”? -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: *“UM CONCELHO SEM RUMO, É UM CONCELHO ADIADO!* -----

Senhora Presidente, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Estimados Órgãos de Comunicação Social, -----

Estimado público, -----

Disse Platão: "A penalização por não participares na política, é acabares a ser Governado pelos teus inferiores" -----

Passaram dois anos e meio e faltam 18 meses para um novo acto eleitoral que avaliará o trabalho desenvolvido pelo actual executivo neste mandato. O povo é sábio e melhor que ninguém avaliará. -----

Contudo, é exigência da oposição fazer uma avaliação contínua do trabalho desenvolvido, apoiando quando o interesse municipal e das populações obrigatoriamente se eleva acima das

vontades e interesses partidários e apresentar a sua perspectiva crítica quando ela se impõe e as alternativas quando politicamente o julga oportuno. -----

O PS/Ourém e os seus eleitos nesta Assembleia pautam a sua actuação por este diapasão. ----
Portanto, é tempo de fazer uma avaliação intercalar dos objectivos do programa eleitoral do executivo no poder. -----

A actual maioria traçou 21 objectivos principais a concretizar neste mandato, afirmando, vou citar “*Não vamos elaborar uma lista de promessas*”. -----

Nestes dois anos e meio concedemos que o actual executivo concretizou diversos investimentos em equipamentos educativos, ao qual demos total apoio e generalizou-se o ensino de Inglês aos alunos, como havia sido prometido. -----

Mas estes dois anos e meio são um tempo perdido. Neste tempo nenhum velho problema foi resolvido: redes de saneamento; acessibilidade ao Norte do Concelho e requalificação de Fátima. Este mandato é um exercício onde a obra pública municipal escasseia ou não se vislumbra. O que se verifica é o acumular das dívidas aos pequenos empresários fornecedores do município. -----

A actual maioria definiu diversos objectivos: -----

“3º. *Continuação da construção da rede de equipamentos culturais e desportivos.* -----

4º. *Investimento na requalificação urbana, com grande prioridade para Fátima (...)* -----

5º. *Continuação do investimento em infra-estruturas básicas, nomeadamente em saneamento básico, rede viária e melhoria do sistema de abastecimento de água.* -----

6º. *Criação de condições para o desenvolvimento económico através do investimento nas diversas zonas industriais e no Parque de Negócios de Fátima.* -----

7º. *Criação de estrutura de apoio à criação de empresas, ao empreendedorismo e à formação.* ----

11º. *Criação da Escola de Hotelaria e Turismo de Fátima, no edifício já adquirido.* -----

18º. *Continuação das parcerias em curso, tendo em vista a construção do Campo de Golfe de Caxarias e do Centro de Congressos de Fátima.* -----

21º. *Plano de Urbanização de Ourém e Revisão do Plano de Urbanização de Fátima.”* -----

É neste quadro, que podemos afirmar, enquanto responsáveis pelo controlo e acompanhamento da gestão municipal, que nenhum destes objectivos foi atingido e concretizado, embora sobre alguns se vá tendo esperança que neste ano e meio até às eleições possam vir a ser concretizados. -----

Até ao presente momento, são muitas promessas não cumpridas. Não as podemos qualificar de outra forma. As Variantes à Cidade tardam em chegar. O Centro de Congressos de Fátima é uma miragem. Os investimentos em novas Zonas Industriais não são executados, porque nem terrenos temos para o efeito. A requalificação de Fátima como prioridade, só pode ser tida como uma boa vontade, pois nem os nove milhões e meio que o Governo disponibilizou à 16 meses conseguiram ainda investir. -----

Este mandato não tem corrido bem. Entendamo-nos. O actual executivo lançou uma obra sem cabimento orçamental garantido superior a 5 milhões de euros. Não conseguindo pagar a obra, bloqueou. Acresce os cerca de 25 anos de exercício de funções que esta maioria tem e que lhe provoca desgaste, falta de frescura de pensamento estratégico e repetição de receitas políticas que há muito deixaram de ter lugar em Portugal. -----

Exemplo disto, é a continuada relação umbilical com a AMLEI, quando há mais de um ano foi definido pela União Europeia que Ourém está inserida na Comunidade Urbana do Médio Tejo. Não partilhamos como devíamos os planos estratégicos do Médio Tejo, não temos projectos prontos e articulados para valorizar na componente intermunicipal e nem Plano Estratégico de Desenvolvimento fomos capazes de elaborar. -----

Por isso, este Concelho é hoje um Concelho adiado. É adiado, porque falta garra e iniciativa política a uma maioria em final de época. Falta imaginação, estratégia e dinheiro. Dinheiro, que souberam esbanjar sobejamente em mandatos anteriores e que hoje faz falta. -----

Este mandato encaminha-se para o seu fim. Sabemos o que nos espera. Aos Senhores Presidentes de Junta a promessa que no próximo mandato a sua freguesia será a prioridade no investimento. Por favor recandidatem-se, pedirão! Ao mesmo tempo lançar-se-ão as habituais primeiras pedras de obras a concretizar entre 2009-2013! -----

Às populações dar-se-lhe-á mais umas largas toneladas de alcatrão, não interessa aonde. No Pinhal, na Ribeira, em caminhos rurais. Dia e noite, mesmo até largas horas da madrugada, porque essa receita sempre pareceu dar votos...-----

A propaganda falará de tudo e tudo prometerá, mesmo o que já se promete à 15 anos e ainda não se fez! Dir-se-á que o Governo do PS não ajudou! Puro engano! Não vão poder usar essa desculpa. -----

Nestes 4 anos de mandato, o IC9 chegará finalmente ao Concelho. Disponibilizaram-se verbas para a envolvente à nova Basílica de Fátima. O 3º Juízo Judicial será uma realidade. Estão a ser negociados os termos da instalação da Loja do Cidadão com o actual executivo. Requalificou-se a E. N. 349. Lançar-se-á o concurso para a nova Esquadra da PSP de Ourém, assim disponibilize a Câmara Municipal o terreno. Apoiaram-se diversas entidades sociais nas suas instalações através do Programa PARES. Teremos uma estação do TGV em Leiria, com a denominação “Leiria-Fátima” e uma de comboios convencionais denominada Caxarias-Fátima. Apoiar-se-á a requalificação da E.N. 356 Ourém-Alvaiázere, após a finalização do projecto. -----

Este tempo é um tempo de avaliação intercalar é certo, mas os prenúncios da falta de capacidade de concretizar os objectivos traçados parece antever 4 anos perdidos e o aprofundamento da ideia que o nosso Concelho está adiado. -----

Termino, desejando ardentemente que o executivo acorde desta letargia e trabalhe com mais afinco e acerto, porque o que desejamos é o desenvolvimento da nossa terra e das condições de vida das nossas populações! Não somos apologistas do quanto pior melhor! -----

Deixamos um Conselho: Não prometam mais nada, concretizem tudo o que disseram e não endividem mais o Município! Se o fizerem serão a seu tempo objecto do nosso público louvor!”

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, expôs o seguinte: -----

Alterações a nível do executivo da Câmara Municipal, alterações essas que no nosso ponto de vista contratualizam ainda mais os poderes na figura do Presidente da Câmara. Parece-nos que em Ourém, já se põe em prática a lei eleitoral das autarquias locais, com a qual estamos

contra, por considerar que diminui drasticamente as possibilidades de fiscalização e controle democrático de gestão autárquica, entre outros aspectos atentatórios à democracia que compõe esta lei. A ideia de democracia que temos, é o de ser o mais possível descentralizada na distribuição de poderes e competências, pelo que neste sentido, não achamos que esta alteração traga algum benefício para o concelho. -----

Sobre liberdade e democracia -----

Informar nesta Assembleia que o Partido Comunista Português convocou e vai promover amanhã em Lisboa, uma marcha pela liberdade e democracia. O Partido Comunista Português não aceita a sistemática violação de direitos e garantias dos portugueses. Estamos contra o autoritarismo e intolerância que vivemos presentemente. -----

Temos assistido a uma ofensiva contínua de limitações à liberdade sindical, aos direitos dos trabalhadores, ao direito à saúde, educação e justiça. Direitos consagrados na Constituição. Não podemos ficar indiferentes a esta situação e sendo uma marcha convocada pelo Partido Comunista Português está aberta a todos os democratas que nela queiram participar. Desde já fica o convite.” -----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, expôs o seguinte: “- A luz pública, na Freixianda, depois desta concessão não sei a que empresa de Ansião, a da rua estão acesas de dia e apagadas de noite. Telefonamos e, depois de vários telefonemas, passados 8 ou 15 dias já lá vão. -----

- Pavilhão gimnodesportivo encontra-se inactivo há vários meses. O G.D.F. tem sido fortemente penalizado. Ir este tempo todo ao Pavilhão do caneiro não é fácil para um clube com tão fracos recursos.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “O governo PS teima em prestar um mau serviço ao turismo entre outros sectores deste país, em particular ao concelho de Ourém. -----

Como? -----

Com a destruição das dinâmicas das parcerias que nesta área se foram construindo com base nas proximidades dos agentes económicos e na qualificação das marcas turísticas. Se há 3

destinos turísticos preferenciais em Portugal, como Lisboa, Algarve e Madeira, não podemos aceitar que a melhor e maior marca turística portuguesa seja desprezada em detrimento de regiões com potencial turístico menor, em especial porque são fatos feitos claramente à medida de certos personagens. -----

Este tipo de “estratégia” (se é que isto se pode chamar assim), é bem visível em outras medidas tomadas em outras áreas. -----

Vejamos: -----

Em vez de apostar numa verdadeira descentralização de competência, com a conseqüente transferência de verbas em montantes adequados ao efectivo e cabal exercício das mesmas – para as Câmaras Municipais e para as Juntas de Freguesia – o Governo Socialista prefere apostar numa falsa regionalização. -----

Por isso, não se percebem os critérios que orientam algumas das decisões para alguns dos sectores desconcentrados da Administração, dado que em alguns casos o Governo segue o critério das NUT II e III e aceita o perfil das Comunidades Urbanas que tanto criticou e noutros casos talha as divisões à medida dos amigos ou das suas próprias conveniências político-partidárias – como sucede com as recentes propostas para o Mapa Judiciário e para os Agrupamentos de Centros de Saúde. -----

Estes subjectividade é ainda aplicada às Regiões de Turismo, com o exemplo do desmembramento do turismo ligado a Fátima, que determina a extinção da Região de Turismo de Leiria- Fátima com base nas duas classificações de Unidades Territoriais (NUT's), impondo uma nova organização administrativa onde Ourém/Fátima ficará futuramente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde Alcobaça e Nazaré ficarão na Região do Oeste e os concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós, Marinha Grande e Pombal ficarão na Região de Turismo do Centro, sem que o Governo socialista compreenda a existência de um produto turístico que é reconhecido além-fronteiras. -----

Vamos ver onde é que isto nos vai levar. -----

Esta falta de medidas claras e objectivas, tem provocado autênticos desastres noutros domínios, como o da educação, cujos contornos e alcance se desconhecem, mas que muito provavelmente deixará a factura para os municípios pagarem... é a tal “estratégia”... -----

Ainda neste campo, não posso deixar passar em claro a escandalosa “reforma” do ensino especial, ou até mesmo a indefinição no que concerne aos ATL. (muita estratégia...) -----

O actual governo, a coberto de uma campanha de marketing – o Simplex – veio anunciar a simplificação dos processos na área do urbanismo e do ordenamento do território. Porém a realidade é outra... -----

Os Planos Regionais de Ordenamento de Território (PROT) continuam em preparação e estes instrumentos que permitiriam a celeridade dos processos de revisão dos Planos Directores Municipais (PDM), estão a causar o efeito contrário, atrasando-os. -----

O PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento de Território do Oeste e Vale do Tejo) tem tido um processo muito complicado e está agora novamente na estaca zero, fruto da decisão sobre a nova localização do aeroporto Internacional de Lisboa. -----

A par destas dificuldades, vão proliferando no país os processos de excepção, patrocinados pelo Governo, em que as mais diversas condicionantes vão sendo levantadas para dar origem a projectos de investimento, como por exemplo o da Plataforma Logística da Castanheira. -----

Não estando contra estes projectos, é – todavia – censurável o conjunto de violações ao princípio da igualdade num Estado de direito democrático, porque – nas mesmas circunstâncias – também os Municípios se vêem na contingência de recusar pedidos de instalação de empresas nos seus concelhos e têm, por exemplo, projectos para Áreas de Localização Empresarial (ALE’s) “encalhados” nas CCDR’s há largos anos, como a de Fátima, apesar de prevista no PDM. -----

São as tais “estratégias”... -----

Como serão também a falácia da contabilidade dos números do desemprego: 150.000 novos prometidos, sem no entanto se efectuarem as mais básicas contas aritméticas: até agora já se perderam 470.000, sem contar com as centenas de portugueses que diariamente vão para Espanha... -----

Como outras promessas que tais: na margem Sul?: Jamé... viu-se no caso da OTA e vamos ver o espectáculo que nos vai entretanto com a localização da nova ponte, e lá vai mais um estudo ao LNEC...é estratégia... -----

Estas fantasias de propaganda, peno que de um outro país que não o nosso, nada mais constituem que estratégia do partido socialista. Que não é mais que não é mais que Pura maquilhagem..." -----

-----Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA – 2008, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º6, DO ART.º64º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seiscentos e quatro, datado de dez de Janeiro, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia sete daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à concretização da delegação de parte das suas competências nas Juntas de Freguesia, para o ano de dois mil e oito, quando for julgado conveniente, e de acordo com o disposto no artigo sessenta e seis do mesmo diploma legal. ---

----- Foi ainda remetido um exemplar do modelo de *Protocolo de Delegação de Actos* da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “À semelhança de situações anteriores, consideramos de maior importância a celebração deste tipo de protocolos com as Juntas de Freguesia. -----

Já não nos parece tão positivo a redução verificada nas verbas a consignar. -----

Na linha de transferências de competências do central para o local, que o Sr. Presidente ainda hoje salientou como importante referindo-se ao sector da educação, considerando que seria mais útil alargar a experiência da denominada «Brigada de Intervenção Urbana» criada em Fátima, que tão bons resultados tem dado segundo o que tem vindo a público, a outras freguesias de forma faseada.” -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMBIOURÉM – GESTÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, E.E.M., NOS TERMOS DA ALÍNEA L), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dois mil quinhentos e quarenta e oito, datado de dezoito do presente mês de Fevereiro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para alterar os Estatutos da empresa municipal referida em epígrafe, por forma a adaptar os mesmos à Lei número cinquenta e três F, barra dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, passando a Ambiourem – Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e Inserção, E.M. a denominar-se *Ambiourem – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M.*, assumindo a natureza de Entidade Empresarial Municipal, nos termos do artigo trigésimo sexto da citada lei. -----

----- Foi ainda remetida uma *Nota Justificativa* e bem assim os respectivos *Estatutos da Entidade Empresarial Municipal* – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** pretendeu saber quais os motivos subjacentes ao facto de já não se ponderar a questão inerente à eventual contratualização de algumas obras municipais à empresa municipal Ambiorém, uma vez que anteriormente foi uma hipótese colocada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou de que foi feita essa análise e elaborou-se um dossier detalhado relativamente aos custos daí decorrentes, tendo-se constatado uma carga fiscal inerente à prestação de serviços dessa natureza. -----

Mais disse que, em breve, irá informar detalhadamente o Executivo camarário relativamente a esta questão. -----

= **JOSÉ MARIA DO VADRE CASTELINO E ALVIM** solicitou esclarecimentos acerca do prazo diferenciado do mandato do conselho de administração – de três anos, e o mandato do fiscal único – de quatro anos. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a diferença de um ano justifica-se pelo facto de que, quando cessa o mandato do conselho de administração, o fiscal único mantêm-se, assumindo a função de interlocutor válido para informar o novo conselho de administração. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com dez abstenções – oito do Partido Socialista, uma do Partido Popular e uma do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA VEROURÉM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DESPORTIVOS, E.E.M., NOS TERMOS DA

ALÍNEA L), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dois mil quinhentos e quarenta e nove, datado de dezoito do presente mês de Fevereiro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para alterar os Estatutos da empresa municipal referida em epígrafe, por forma a adaptar os mesmos à Lei número cinquenta e três F, barra dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, passando a Verourém – Empresa Municipal de Comunicação, E.M. a denominar-se *Verourém – Gestão de Equipamentos Sociais e Desportivos, E.E.M.*, assumindo a natureza de Entidade Empresarial Municipal, nos termos do artigo trigésimo sexto da citada lei. -----

----- Foi ainda remetida uma *Nota Justificativa* e bem assim os respectivos *Estatutos da Entidade Empresarial Municipal* – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com dez abstenções – oito do Partido Socialista, uma do Partido Popular e uma do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SRUFÁTIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M., NOS TERMOS DA ALÍNEA L), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dois mil quinhentos e cinquenta, datado de dezoito do presente mês de Fevereiro, cópia da deliberação camarária

tomada em reunião celebrada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para alterar os Estatutos da empresa municipal referida em epígrafe, por forma a adaptar os mesmos à Lei número cinquenta e três F, barra dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, passando a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.M. a denominar-se *SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.*, assumindo a natureza de Entidade Empresarial Municipal, nos termos do artigo trigésimo sexto da citada lei. -----

----- Foi ainda remetida uma *Nota Justificativa* e bem assim os respectivos *Estatutos da Entidade Empresarial Municipal* – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com dez abstenções – oito do Partido Socialista, uma do Partido Popular e uma do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL EM REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA ALÍNEA O), DO N.º2, DO ART.º 53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dois mil quinhentos e cinquenta e oito, datado de dezanove de Fevereiro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezoito daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a respectiva apreciação e aprovação. -----

----- Em anexo a este ofício, foi também remetido um exemplar dos documentos abaixo referidos – (vide processo devidamente arquivado): -----

- *Organograma do Município de Ourém;* -----
- *Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais;* -----
- *Quadro de Pessoal em Regime da Função Pública.* -----

----- A fim de se proceder a uma análise mais detalhada dos documentos referidos, os mesmos, foram remetidos a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Aquando da discussão desta matéria, em reunião camarária, o Senhor Director do Departamento de Administração e Planeamento apresentou a informação número oito, com data do dia catorze do presente mês de Fevereiro, a qual se passa a reproduzir: “Em cumprimento do despacho do Ex^o Sr. Presidente de 08-01-29, e na sequência da informação do Sr. Vereador Humberto da Piedade, que propõe a reorganização da DEDC e a criação de um Departamento para os actuais serviços daquela Divisão (Doc. nº 1), nos termos da referida informação, apresenta-se novo organograma dos serviços do Município de Ourém com aquela nova unidade orgânica, que irá contemplar duas divisões (Doc. nº 2). -----

Em nossa opinião, apenas se deverá referir os sectores de actividade das divisões e não enunciar exhaustivamente todos os serviços. -----

Propõe-se também a adaptação do organograma e do Quadro de Pessoal aos projectos municipais, entretanto criados nos termos da Lei nº 2/2004 de 15 de Janeiro (Estatuto de Pessoal Dirigente), na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 51/2005 de 30 de Agosto e adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei nº 93/2004 de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 104/2006 de 7 de Junho, - Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade, Formação e Inovação (PMSIQFI), por deliberação de 2007-04-16, (Doc. nº 3) e Projecto Municipal de Ordenamento do território de Ourém, por deliberação de 2007-11-12 (Doc. nº 4). -----

Do organograma deverá também constar directamente, dependente do Presidente da Câmara, o Serviço Municipal de Protecção Civil, em substituição do Gabinete de Segurança e Protecção Civil, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acção Social. -----

Como resulta da deliberação de 2008-01-28 (Doc. nº 5), propõe-se a criação de um lugar de Técnico Superior de Engenharia Geográfica e de um Fiscal do Serviço de Higiene e Limpeza,

deliberação de 2006-08-14 (Doc. nº 6), no Quadro de Pessoal em regime da Função Pública. Nos termos da informação da Secção de Recursos Humanos e Formação, que se anexa (Doc.nº7), propõe-se ainda a rectificação do Quadro de Pessoal em regime da Função Pública, publicado no Diário da República nº 64 de 2007-03-30, para regularização das situações ali referidas, ou seja: -----

- Manutenção de 39 lugares de Assistente Administrativo e manutenção de um lugar de Técnico Superior de Comunicação Social e Cultural. -----

Mantém-se o Quadro de Pessoal em regime de Contrato Individual de Trabalho, publicado no Diário da República nº 64 de 2007-03-30 e respectivo regulamento de selecção para celebração de CIT.” -----

----- Relativamente a esta questão, foi ainda remetida à posteriori, através do ofício número dois mil novecentos e quarenta, com data do dia vinte e cinco do presente mês de Fevereiro, cópia da deliberação camarária tomada na reunião celebrada neste mesmo dia, solicitando a este órgão deliberativo a apreciação da proposta de alteração da estrutura orgânica da DOT - Divisão de Ordenamento do Território, conforme consta do *Organograma do Município de Ourém* – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Aquando da discussão desta matéria em reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a sua proposta, datada de vinte e dois de Fevereiro do ano em curso, a qual se passa a transcrever: “Por meu despacho de 2008/01/09 foi colocado na DOT, a chefiar a Secção de Apoio Administrativo, o Técnico Superior Jurista, João Pedro Madeira de Almeida Monteiro. -----

Considerando que já existe provido um Chefe de Secção de Apoio Administrativo naquela Divisão. -----

Considerando que por despacho de 2008/01/09, foi colocado na mesma divisão o funcionário Artur Leitão Lopes, também com a categoria de Chefe de Secção. -----

Considerando que as funções do Técnico Superior referido devem ser de carácter técnico-jurídico de acordo com o conteúdo funcional da carreira. -----

Considerando as alterações legislativas em matéria de Licenciamento de Operações Urbanísticas, que em breve entrarão em vigor. -----

Considerando a informação do Sr. Director do DAOTO que se anexa, propomos a criação de mais uma secção de apoio administrativo na DOT, ficando os serviços administrativos, assim constituídos: -----

- Secção de Apoio Administrativo – Zona 1 (Freguesias de: Espite, Fátima, Freixianda, Formigais, Gondemaria, Ribeira do Fárrio, Rio de Couros, Olival e Urqueira). -----

- Secção de Apoio Administrativo – Zona 2 (Freguesias de: Alburitel, Atouguia, Casal dos Bernardos, Caxarias, Cercal, Matas, Nª Sª da Piedade, Nª Sª das Misericórdias e Seiça). -----

Caso seja aprovada a presente proposta, deverão os serviços proceder à respectiva alteração da estrutura orgânica e organograma do Quadro de Pessoal em regime da função pública.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** pretendeu saber quais os critérios utilizados na distribuição das freguesias por Zona 1 e Zona 2, tendo-lhe sido dito que se diligenciou a fim de que houvesse o mesmo número de processos em cada uma das Zonas. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com nove abstenções – oito do Partido Socialista e uma do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se verificando, porém, qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO